



**OBSERVATÓRIOS DE EDUCAÇÃO EM PORTUGAL: DEFINIÇÕES E CONTRIBUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE**

*Filipa Seabra*<sup>1</sup>

*LE@d, UNIVERSIDADE ABERTA, PORTUGAL; E CIEd-UM*

*Sandra Pedras*<sup>2</sup>

*ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA HORTA, HORTA – FAIAL – AÇORES, PORTUGAL; E CEDH-UCP*

*Paula Silva*<sup>3</sup>

*AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MURALHAS DO MINHO, VALENÇA, PORTUGAL; E CEDH-UCP*

*Ana Paula Carlos*<sup>4</sup>

*AGRUPAMENTO DE ESCOLAS POETA ANTÓNIO ALEIXO, PORTIMÃO, PORTUGAL; E CEDH-UCP*

**RESUMO**

Nos últimos anos, os observatórios em educação têm-se assumido como instituições de relevo no contexto educativo (Lopes, 2010). Pese embora essa presença importante no panorama da prática e da investigação em educação, são ainda raras as análises do conceito de observatório em si, e de observatório no campo educacional em particular, no contexto português.

No sentido de fundamentar empiricamente a análise da forma como os observatórios em educação têm sido percecionados e definidos, desenvolvemos uma análise dos sites de diversos observatórios com atividade centrada (total ou parcialmente) em questões educacionais, ainda que sem pretensão de exaustividade, com vista a estabelecer: i) as definições de observatório assumidas pelos próprios observatórios; ii) a natureza dos objetivos a que esses coletivos se propõem; iii) a natureza das instituições que os integram e coordenam. Desenvolveu-se assim uma análise documental, que permite apontar, de forma exploratória, a omissão da definição de observatório, que se subentende mais do que se explicita nos sites analisados; a existência de objetivos de diferente natureza e que integram dimensões de produção e disseminação de conhecimento, mas também de mobilização de recursos e influência sobre a realidade; e o papel

---

<sup>1</sup> fseabra@uab.pt

<sup>2</sup> sandra\_pedras@hotmail.com

<sup>3</sup> paulasilvahgp@gmail.com

<sup>4</sup> anapcarlos@gmail.com

preponderante desempenhado por universidades na sua coordenação, a par de outras instituições como as próprias escolas (tomadas como parceiras), ou instituições ligadas ao poder local.

Palavras-chave: Observatórios; Educação; Qualidade

### **1. Observatório: Conceitos**

Atualmente verifica-se um aumento do número de observatórios ligados à educação, com objetivos díspares em contexto nacional. É essencial, desta forma, e numa primeira instância, analisar os conceitos, através da visão de diversos autores, para o termo “Observatório”, com a finalidade de perspetivar a relevância que estes organismos têm nos dias de hoje.

Por um lado, este termo encontra-se associado a um “lugar de onde se observa”, quer isto dizer que através dos observatórios é possível observar, estudar e pesquisar sobre determinado assunto ou área de interesse. Este foco no olhar externo, herdeiro de correntes positivistas, denuncia a origem do conceito associado a contextos associados às ciências naturais (Lopes, 2010).

No entanto, quando transposto para o terreno complexo dos fenómenos sociais, educativos e políticos, distancia-se desta conceção estrita. Este movimento foi iniciado em Portugal nos anos 70, mas com uma expansão significativa associada ao dealbar da internet, a partir dos anos 90/ 2000 (Marcial, 2009; Martins, 2007). Neste sentido, pode ser entendido como “um dispositivo de observação criado por organismos, para acompanhar a evolução de um fenómeno, de um domínio ou de um tema estratégico, no tempo e no espaço” ou “um conjunto de estruturas que permite obter uma visão ampla da evolução de determinados fenómenos e acontecimentos sociais” (Urdapilleta, 2006 in Marcial, 2009: 7).

A necessidade de acompanhar os impactos de políticas públicas, associada a uma lógica de accountability (Seabra, Morgado & Pacheco, 2012), assume-se como uma justificação plausível para a multiplicação de observatórios a que aludimos (Lopes, 2010; Marcial, 2009), a par das potencialidades da internet que facilitam a sua multiplicação e impõem a necessidade de mediadores no processo de produção e disseminação de informação fidedigna (Marcial, 2009; Martins, 2007).

Os observatórios apresentam fins específicos e já são reconhecidos há algumas décadas. O mais consensual desses âmbitos de atuação prende-se com a recolha, organização e apresentação clara de informação, de modo a sustentar a tomada de decisões na sua área de atuação (Marcial, 2009).

Já em 1962, Robert C. Wood (in Marcial, 2009) referia que os observatórios, nomeadamente os urbanos, eram áreas de monitorização e de trabalho de campo com a

supervisão de académicos, no entanto, atualmente os observatórios têm surgido de uma forma crescente e têm-se assumido como espaços interdisciplinares, integrados por diversas organizações sociais e académicas, que permitem a monitorização de distintos objetos de estudo (Téllez, 2005 in Marcial, 2009).

Assumindo uma noção de evolução do conceito, Husillos (2006 in Marcial, 2009) refere que os observatórios podem ir de centros de documentação e informação, a formas mais dinâmicas sustentadas na colaboração e que promovem a reflexão e a comunicação sobre um fenómeno. Com base nesta ideia, distingue três tipos de observatórios, situados ao longo de um contínuo: i) centro de documentação – que armazena e organiza informação; ii) centro de análise de dados – que entende o observatório como ferramenta de apoio à tomada de decisões, através da recolha, processamento e divulgação e informação e do aprofundamento dos conhecimentos sobre determinada temática, através da realização de estudos com a participação de peritos; iii) espaço de informação, intercâmbio e colaboração – considerado o conceito atual de observatório, na medida em que integra as potencialidades das TIC e associa aos objetivos já contidos na perspetiva de centro de análise de dados, o de promover a reflexão e o intercâmbio de informação.

Para Lopes (2010:78), um observatório é “passível de poder ser visto como um exercício de multiplicidade dos olhares possíveis sobre os fenómenos sociais, que a sociedade civil e as suas Instituições personificam”. Assim, a multiplicidade de pontos de vista que podem ser tidos em conta através de um observatório, nomeadamente através das parcerias com instituições do terreno que se constituam como «conversa aberta», pode transformar estes espaços não apenas em espaços de prestação de contas, mas também em espaços de intervenção no debate das políticas públicas, dando voz a atores de outra forma menos escutados. Pode assim entender-se os observatórios, não apenas (ou não sobretudo) como espaços de controlo e monitorização, mas como espaços de debate, com a potencialidade de influenciar as práticas e as políticas.

É neste sentido que se coloca com pertinência a questão levantada pela autora: “como pode a Universidade estabelecer uma conversa contínua com as Escolas que seja uma conversa aberta, e quiçá, contra-hegemónica?” (Lopes, 2010: 78) – questão esta que pode subjazer ao intuito de propor observatórios na área da educação que pretendam inserir-se nesta lógica que se afasta do «olhar de fora», para integrar o olhar de quem está por dentro, e a que a autora responde na base de um reconhecimento mútuo.

Lopes refere-se aos observatórios agrupando-os nos que se centram nos resultados e nos que se centram nos processos. No que diz respeito aos primeiros, revela que têm a finalidade de “controlar a realidade que se vê e quem se vê” (idem:81), servindo de base para a tomada de decisões por parte do poder central, frequentemente tardias face às mudanças que é necessário desenvolver, pela morosidade em recolher os dados necessários. No que diz

respeito aos segundos, referencia que “servem de espelho hermenêutico aos actores que nele intervêm e suas acções” (ibidem), na consideração de que um processo de mudança efetiva e capaz de gerar inovação é aquela que se desenvolve no interior das escolas, de baixo para cima, com a participação dos professores, cujo papel como atores é reconhecido, num processo contínuo, entendendo-se a escola como capaz de se pensar no presente para se projetar no futuro (Sá-Chaves, 2000). Associam-se, nesta última versão, a um propósito de melhoria que reconhece que quem está por dentro dos processos e fenómenos em análise é capaz de ser agente de mudança (Lopes, 2010).

Nesta conceção, admite-se que o observatório não permite uma visão perfeita, e que por isso necessita de uma pluralidade de olhares, integrando e confrontando diferentes perspetivas. Reconhece-se também que a produção de conhecimento não é um fim em si mesmo, mas um meio para orientar a ação e sustentar a tomada de decisões (Marcial, 2009), não só a nível macro (top-down) mas também micro (bottom-up).

Esta tensão entre diferentes visões sobre o conceito de observatório tem consequências também ao nível do principal destinatário do conhecimento produzido, que, no primeiro caso será o Estado e a sociedade em geral (“consumidores”), numa lógica de accountability e fundamentação de políticas, e no último serão os próprios observados (escolas, professores, etc.) com ordem à introdução de melhorias nas práticas (Lopes, 2010). Consideramos, no entanto, que esta divisão não é estanque, podendo coexistir no mesmo observatório ambos os movimentos, pretendendo-se contribuir quer numa lógica bottom-up, quer numa lógica top-down para a introdução de mudanças e melhorias nos processos e nos resultados.

Relativamente àqueles que são os integrantes e coordenadores dos observatórios, Martins (2007) observa uma passagem de um modelo de centralização no Estado e nas universidades da produção de conhecimento com vista à sustentação e legitimação de políticas públicas, ancorados na produção de conhecimento oficial – que se pode associar aos observatórios centrados nos resultados como definidos por Lopes (2010), para uma situação mais complexa, em que coexistem observatórios sedeados em instituições públicas, com outros de direito privado ou de parcerias público-privadas (universidades, institutos de investigação, organismos públicos, associações, organismos internacionais, organizações sociais, empresas) (Marcial, 2009; Martins, 2007) tornando a tutela e os objetivos dos observatórios de definição menos unívoca. Estes “observatórios de segunda geração” (Martins, 2010: 4) permitem uma maior interatividade entre os sujeitos e os «objetos» de investigação, possibilitando assim uma aproximação ao conceito de observatórios centrados nos processos avançada por Lopes (2010) ou de centros de informação, intercâmbio e colaboração (Husillos, 2006 in Marcial, 2009), mas colocando de forma diferente questões de legitimidade, validade, e jogos de interesses implicados na produção e disseminação de conhecimento por parte desses organismos.

Os observatórios também são assim referenciados sendo um contexto de “reflexão sobre o real, ou seja, a indagação da realidade e a construção de hipóteses explicativas, [como constituintes dos] fundamentos de uma pedagogia mais científica, capaz de superar a atitude tradicional, que reduz o ensino e a pedagogia a artes empíricas (Estrela, 1990 In Freire, 2009: 3). Ainda Clímaco (1992 In Freire, 2009: 3) refere que “os observatórios devem incentivar a qualidade do desempenho dos diferentes actores”. Assume-se nesta perspetiva uma potencial conciliação, que associa num mesmo espaço diferentes atores, com diferentes perspetivas incluindo a dos atores diretamente implicados, e que não descarta a preocupação com a teoria, com a prática, nem com a política implicadas nos processos que se observam.

Após estas explanações é possível identificar os Observatórios como uma mais-valia para o conhecimento dos mais variados temas e / ou problemas da nossa sociedade e daí para um trabalho mais concreto no que diz respeito aos Observatórios no que concerne à educação.

## **2. Contextualização**

A orientação destes organismos para a observação e para a melhoria da realidade parece ajustar-se especialmente bem ao conceito de supervisão, entendida etimologicamente como uma visão-sobre (Gaspar, Seabra & Neves, 2012). É assim que, no seio do projeto que de seguida explanamos brevemente, entendemos como pertinente estudar o modo como os observatórios no campo da educação em Portugal se definem, os seus objetivos e os responsáveis pelo seu desenvolvimento.

O presente trabalho integra-se no âmbito de um projeto de investigação do Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano da Universidade Católica Portuguesa, que se propõe estudar modelos e processos em supervisão pedagógica. Assim surgiu o interesse em analisar diferentes Observatórios em Educação, através da pesquisa de experiências concretas de trabalhos de supervisão implementados.

O projeto em questão pretende analisar alguns modelos teóricos de supervisão e conhecer práticas que os confirmem, contrariem ou anulem, visando a importância e o significado da supervisão no desenvolvimento curricular, com expressão nos ensinamentos formal e não formal. A parte empírica, que implica a recolha de dados em contextos educativos formais e não formais, presenciais e a distância, focaliza o período entre 2010 e 2015 (Carlos et al., 2017, no prelo). Um dos produtos previstos para o projeto será a proposta de uma unidade orientada para a prestação de apoio às escolas e entidades educativas/formativas que pretendam implementar processos de supervisão, de forma articulada com a investigação sobre essa matéria. A preocupação com o conceito de observatório, eventualmente conducente à proposta de um observatório na área da supervisão educacional, é perspetivada como um contributo nesse sentido.

Definiu-se então como objetivos para o presente trabalho identificar i) as definições de observatório assumidas pelos próprios observatórios; ii) a natureza dos objetivos a que esses coletivos se propõem; iii) a natureza das instituições que os integram e coordenam.

Estes objetivos pretendem, num plano mais amplo do projeto, contribuir para a conceção de um observatório na área da supervisão, entendido como espaço de investigação, mas também de parceria com atores e contextos envolvidos e intervenção na realidade, com vista ao contributo para a melhoria das práticas de supervisão pedagógica. Este intuito decorre do reconhecimento de que as escolas têm sido crescentemente desafiadas a integrar práticas de supervisão pedagógica, nomeadamente em consequência da Avaliação Externa de Escolas, e demonstram um forte interesse em beneficiar de apoios concretos à implementação desses processos de uma forma radicada no conhecimento, quer da teoria, quer dos contextos da sua aplicação.

### **3. Metodologia**

Reconhecendo a pluralidade e a multiplicação de observatórios direta ou indiretamente preocupados com dimensões educativas, atualmente, em Portugal, entendeu-se que existiria, nos sites desses organismos, informação que permitisse responder aos objetivos elencados a partir de uma pesquisa documental (Carmo & Ferreira, 2008). Definiu-se assim realizar um levantamento dos sites de observatórios com atuação na área da educação em Portugal, e proceder à sua análise. Sem prejuízo da existência de outros observatórios, a equipa identificou, em fevereiro de 2017, 11 observatórios que cumpriam os requisitos identificados, que constituíram o corpus da análise documental realizada. Foram eles: Observatório da Autoavaliação de Escolas; Observatório da Vida nas Escolas; Observatório da Melhoria e da Eficácia da Escola; Observatório de Trajetos dos Estudantes do Ensino Secundário; Observatório de educação LGBT; Observatório das desigualdades; Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira; Observatório das Políticas de Educação e Formação; ATENA: Saber para Intervir; Observatório para a Educação; Rede de Observatórios Municipais para a Literacia e Inclusão Digital; Observatório Permanente do Abandono e Promoção do Sucesso Escolar.

Os sites desses observatórios, assumidos como dados invocados, foram sujeitos a análise de conteúdo (Bardin, 1988; Esteves, 2006), recolhendo as informações consideradas pertinentes para responder aos objetivos definidos, concretamente: definições de observatório, objetivos e atividades dos observatórios, instituição coordenadora, e instituições participantes. Após essa recolha de informação, e de uma leitura flutuante, foi realizada uma redução de dados através de uma categorização, baseada em categorias emergentes do conteúdo analisado (Pacheco, 2006), isto é, através de um processo aberto e indutivo que caminhou “dos dados empíricos para a formulação de uma classificação que se lhes adequa” (Esteves, 2006: 110).

Por fim, a partir das categorias e sub-categorias estabelecidas, foi elaborado um mapa conceptual em torno das categorias e subcategorias emergentes da análise.

#### 4. Resultados

A análise dos sites dos 11 observatórios identificados permitiu constatar que nenhum deles definia de forma direta o conceito de observatório. No entanto, através dos seus conteúdos foi possível identificar algumas tendências de definição, assumidas mais do que explicitadas. São elas: i) a observação sistemática da realidade, ii) a avaliação, iii) a investigação, iv) a perspectiva de investigação-ação, v) a disseminação de informação rigorosa, vi) a construção de conhecimento, vii) a partilha de conhecimento, viii) a promoção da formação, ix) o estabelecimento de parcerias, x) a promoção e validação de estratégias de melhoria, xi) o desenvolvimento de instrumentos de intervenção, xii) o apoio e acompanhamento, xiii) a fundamentação da tomada de decisão (inclusive a política).

Estes diferentes conceitos não estavam uniformemente representados em cada um dos sites dos observatórios consultados, antes apresentando diferentes enfoques e conceções em diferentes organismos.

A análise dos objetivos elencados e tarefas desenvolvidas pelos observatórios, bem como da respetiva constituição (diferenciando, quando possível, a instituição coordenadora e as instituições colaboradoras ou participantes), apresenta-se no quadro 1. Ressalva-se que esta análise poderá não refletir a totalidade dos objetivos e atividades destes coletivos, mas apenas aqueles que foram considerados salientes na análise dos sites de cada um deles, no momento da recolha e categorização de dados – um processo seletivo com uma dimensão subjetiva.

Nome observatório Link site	Objetivos e atividades dos observatórios		Instituição Coordenadora	Instituições participantes
	Categorias	Sub-categorias		
Observatório da Autoavaliação de escolas <a href="http://net.ie.uminho.pt/OBSERVATORIOAAE">net.ie.uminho.pt/OBSERVATORIOAAE</a>	Produzir conhecimento  Disseminar conhecimento  Influenciar a realidade	- Investigação - Investigação-ação  - Organização de eventos de divulgação e discussão científica (Seminários) - Produção de recursos (livros)  - Formação - Assessoria - Melhoria das práticas	Centro de Investigação de Universidade Pública	Diversas escolas e agrupamentos de escolas

Observatório da Vida nas Escolas (OBVIE)  <a href="http://obviep.t.weebly.com/objetivos.html">http://obviep.t.weebly.com/objetivos.html</a>	Produzir conhecimento  Disseminar conhecimento  Influenciar a realidade  Reunir e mobilizar recursos	- Investigação - Recolha/Produção de informação  - Disseminação de resultados de investigação - Debate - Organização de eventos de divulgação e discussão científica - Produção de recursos  - Fundamentação da decisão - Fundamentação de projetos ao nível das escolas - Melhoria das práticas Formação  - Estabelecimento de parcerias	Centro de Investigação de Universidade Pública	Diversas escolas e agrupamentos de escolas Diversos centros de formação
Observatório da Melhoria e da Eficácia da Escola  <a href="http://observatorio.por.ulusiada.pt/">http://observatorio.por.ulusiada.pt/</a>	Produzir conhecimento  Disseminar conhecimento  Influenciar a realidade	- Investigação - Investigação-ação - Avaliação/Monitorização  - Disseminação de conhecimento - Produção de recursos  - Melhoria das práticas - Assessoria - Prestação de apoio direto	Universidade Privada	Ministério da Educação  Diversos municípios
Observatório de Trajetos dos Estudantes do Ensino Secundário (OTES)  <a href="http://www.dgeec.mec.pt/np4/47/">http://www.dgeec.mec.pt/np4/47/</a>	Produzir conhecimento  Disseminar conhecimento  Influenciar a realidade	- Recolha/Produção de informação - Avaliação/Monitorização  - Disseminação de resultados de investigação  - Fundamentação da tomada de decisão - Desenvolver ferramentas	Organismo do Ministério da Educação	
Observatório de educação	Produzir	- Recolha/produção de informação	Associação	Diversos grupos de jovens,



LGBT  <a href="https://www.rea.pt/observatorio-de-educacao/">https://www.rea.pt/observatorio-de-educacao/</a>	conhecimento  Disseminar conhecimento  Influenciar a realidade	- Organização de eventos de divulgação e discussão científica - Produção de recursos - Debate  - Reporte de situações críticas identificadas - Fundamentação da tomada de decisão		espalhados pelo país.
Observatório das desigualdades  <a href="https://observatorio-das-desigualdades.com/">https://observatorio-das-desigualdades.com/</a>	Produzir conhecimento  Disseminar conhecimento  Influenciar a realidade	- Recolha/produção de informação - Avaliação/monitorização - Investigação  - Organização de eventos de divulgação e discussão científica - Disseminação de resultados de investigação - Disseminação de conhecimento  - Fundamentação da tomada de decisão	Centro de investigação de universidade pública	Centros de investigação de universidades públicas
Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira (OERAM)  <a href="http://www.madeira-edu.pt/osecram/tabid/1619/Default.aspx">http://www.madeira-edu.pt/osecram/tabid/1619/Default.aspx</a>	Produzir conhecimento  Disseminar conhecimento  Influenciar a realidade  Reunir e mobilizar recursos	- Recolha/Produção de informação - Investigação  - Disseminação de conhecimento - Disseminação de resultados de investigação  - Fundamentação da tomada de decisão - Melhoria das práticas  - Estabelecimento de parcerias	Direção do Governo Regional da Madeira	
Observatório das Políticas de Educação e Formação	Produzir conhecimento  Disseminar	- Investigação  - Disseminação de resultados	Centros de estudos de uma universidade	

Op.Edu <a href="http://www.op-edu.eu/">http://www.op-edu.eu/</a>	conhecimento  Reunir e mobilizar recursos	de investigação - Disseminação de conhecimento - Organização de eventos de divulgação e discussão científica (Seminários) - Produção de recursos - Promoção da formação pós-graduada  - Reunir recursos (humanos e materiais) - Estabelecimento de parcerias	privada e uma universidade pública	
ATENA: Saber para Intervir: Observatório para a Educação  <a href="http://www.fce.up.pt/ciie/?q=content/atena-saber-para-intervir-observat%C3%B3rio-para-educa%C3%A7%C3%A3o">http://www.fce.up.pt/ciie/?q=content/atena-saber-para-intervir-observat%C3%B3rio-para-educa%C3%A7%C3%A3o</a>	Produzir conhecimento  Disseminar conhecimento  Influenciar a realidade	- Definição de indicadores - Investigação - Avaliação/monitorização  - Disseminação de resultados de investigação  - Fundamentação da tomada de decisão	Centro de investigação de universidade pública	Outros centros de investigação e um laboratório associado de universidades públicas Financiamento de uma fundação
Rede de Observatórios Municipais para a Literacia e Inclusão Digital  <a href="http://contemcom.org">http://contemcom.org</a>	Produzir conhecimento  Disseminar conhecimento  Influenciar a realidade  Reunir e mobilizar recursos	- Investigação - Avaliação/monitorização  - Organização de eventos de divulgação e discussão científica - Promoção de debates e intercâmbios  - Promoção de competências  - Estabelecimento de parcerias	Centros de estudos e investigação de universidades nacionais e estrangeira	Câmaras municipais
Observatório Permanente	Produzir conhecimento	- Avaliação/Monitorização	Universidade pública	Apoio ministerial



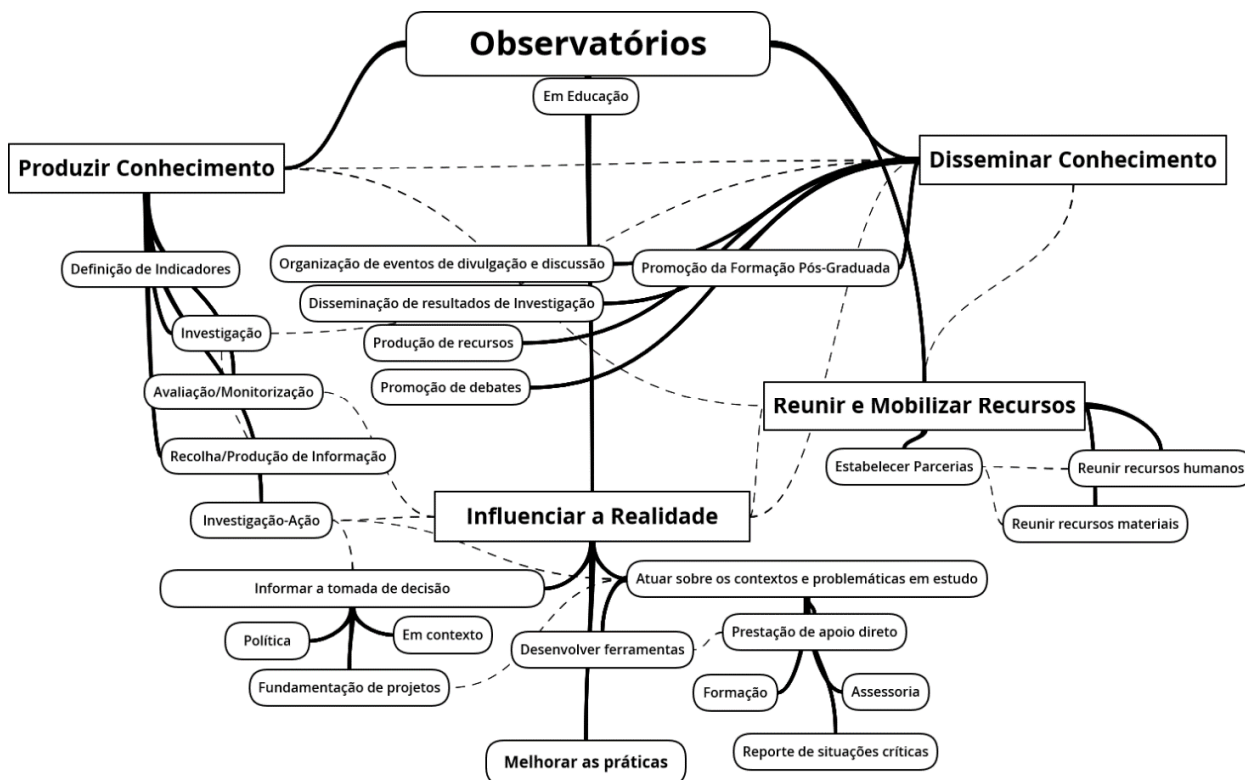


Figura 1: Mapa conceptual do conceito de observatório em educação em Portugal.



Figura 2: Wordle elaborado a partir da análise de conteúdo dos sites analisados.

## 5. Reflexão conclusiva

Ainda que, como vimos, os sites analisados não explicitem uma definição de observatório, a sua análise permite delinear elementos para uma definição abrangente da forma como este conceito tem sido aplicado à educação, em território nacional.

Um observatório em educação, em Portugal, será assim um organismo dedicado à observação sistemática da realidade, com vista à produção e disseminação de conhecimento válido, orientado para a transformação da realidade, quer pela via da intervenção direta (intervenção, apoio), ou indireta (consultadoria, formação) sobre a mesma, e à fundamentação de decisões em termos de contextos educativos e/ou da definição de políticas e orientações. Esta transformação, bem como a própria construção de conhecimentos resulta, ao menos em parte, do estabelecimento de relações próximas com outros parceiros, incluindo instituições educativas e formativas. Assim, assume como funções a produção de conhecimento (definição de indicadores, investigação, avaliação, monitorização, recolha e produção de informação, inclusivamente através de processos de investigação-ação), a sua disseminação (formação, organização de eventos de divulgação, disseminação de resultados, promoção de debates), preocupando-se em reunir e mobilizar recursos (materiais e humanos e estabelecimento de parcerias), com vista a influenciar a realidade, quer pela via da influência na tomada de decisões (políticas e em contexto de prática) e fundamentação de projetos, quer pela via da atuação nos contextos e práticas em estudo (apoio direto, consultoria/assessoria, formação, reporte de situações críticas, elaboração de instrumentos), visando, em última análise a melhoria das práticas.

Esta íntima relação entre investigação e intervenção, e entre os investigadores e os participantes de investigação, que em alguns contextos se tornam difíceis de distinguir, permite distinguir estes organismos de outros, nomeadamente centros de investigação, centros de estudos, ou, por outro lado, organismos dedicados à formação ou consultadoria.

Esta definição integra, assim, os elementos das definições anteriormente apresentadas e reforça a ideia da evolução de conceções mais estritas da noção de observatório para conceções mais abrangentes, que vão além da compilação, ou até mesmo recolha, processamento e disseminação de informação numa lógica centrada no produto, para uma lógica de colaboração, assente numa relação mais próxima com o contexto e aqueles que o integram (Lopes, 2010; Marcial, 2009) que perspetiva os atores como parceiros e elementos da mudança. Acrescenta, no entanto, às dimensões e divisões antes apresentadas, alguns elementos inovadores. Assim, a dimensão de intervenção aparece agora com configurações que anteriormente não eram claramente expressas: os observatórios intervêm sobre a realidade não apenas através da informação e legitimação de decisões políticas e até contextualizadas, mas também através de uma intervenção mais direta junto do contexto: apoiando, dando formação, prestando

consultadoria/assessoria, etc. Ainda que este patamar de proximidade na intervenção no terreno não transpareça em todos os sites analisados, pode-se presumir que este será um passo seguinte neste continuum de evolução de um maior afastamento em direção a uma maior parceria e equilíbrio de poderes entre entidades e pessoas envolvidas nos observatórios, que decorre naturalmente do esbatimento de fronteiras entre observadores e observados, participantes e agentes; na medida em que a universidade e outros organismos ligados ao Estado passam a assumir como parceiros os atores do terreno, implicados na construção de melhorias e inovações numa lógica bottom-up, é um passo natural que os observatórios comecem a exercer um papel, não apenas de observadores externos, mas também de participantes e agentes de mudança, prestando apoio aos atores locais na implementação desses processos.

Poderá também decorrer deste peso crescente da intervenção e produção de mudanças, com vista à melhoria das práticas, a emergência da categoria «Reunir e mobilizar recursos» - humanos, mas também materiais, inclusive através do estabelecimento de parcerias com outros intervenientes no campo de interesse do observatório, entendidos como necessários, quer ao trabalho de recolha, análise, debate e disseminação de conhecimento que compete aos observatórios, mas também ao trabalho direto com e no terreno.

Estas características encontram eco nas instituições que coordenam e integram os observatórios em educação estudados. Assim, o peso importante da investigação e do conhecimento, que não desapareceu dos observatórios, ajuda a compreender a preponderância que as universidades e centros de investigação/estudos/laboratórios assumem nesses organismos. Por outro lado, estão também representados em alguns deles, responsáveis pela definição de políticas no setor (Ministério da Educação, Governo Regional), assim como elementos das comunidades que são simultaneamente alvo de estudo, participante, parceiro, e decisor em contexto de práticas, destacando-se as escolas e centros de formação, em coerência com o anteriormente expresso em relação às funções do observatório. Ao mesmo tempo que são assumidos como parceiros e elementos dos observatórios, pessoas e grupos diversos – privados, bem como públicos – contribuindo para a pluralidade de olhares (Lopes, 2010; Marcial, 2009), assume uma relevância crescente prestar atenção às dinâmicas de poderes e interesses que esses diferentes grupos veiculam, de modo a manter a necessária equidistância, transparência e validade da informação e intervenção dos observatórios. Um passo nesse sentido é a clarificação e explicitação dos grupos representados e dos objetivos visados pelo observatório.

É esta pluralidade e abrangência que nos leva a considerar que um observatório a estabelecer no âmbito da supervisão pedagógica, que no momento da recolha de dados ainda não era conhecido, é de grande pertinência e atualidade. É digno de nota que os resultados do projeto em que se insere o presente trabalho têm vindo a demonstrar uma carência relevante

ao nível das práticas de supervisão pedagógica numa diversidade de contextos – formais e não formais, de formação de professores bem como de desenvolvimento profissional. No entanto, ao mesmo tempo que a supervisão é sentida como uma necessidade ou uma oportunidade, outras vezes é entendida como mais uma imposição, associada a visões deste conceito e da sua prática mais orientadas para o controlo do que para a melhoria, o que ajuda a compreender alguma resistência e relutância em colocá-la em prática. Esta ambivalência é muitas vezes acompanhada da perceção pelos agentes educativos de que necessitam de ajuda externa na implementação da supervisão. À necessidade que as escolas vêm demonstrando de receber apoio, consultadoria e formação no domínio da supervisão pedagógica, poder-se-á associar outros desígnios igualmente prementes, aos quais um observatório pode ajudar a responder – estabelecer parcerias próximas entre agentes educativos e investigadores, mobilizar recursos materiais e humanos que permitam a concretização quer da investigação, quer da intervenção no terreno, recolher, sistematizar e disseminar informação pertinente, no cruzamento entre a teoria e a análise das práticas e dos contextos reais, contribuindo, em última análise, para a melhoria das práticas – objetivo partilhado pela supervisão e pelos observatórios em educação.

Esta visão do papel que os observatórios têm vindo a assumir no campo da educação em Portugal é coerente com a evolução do papel da própria supervisão, que a associam a uma prática cada vez mais apoiada em processos colaborativos (Pedras & Seabra, 2016) e que mais do que visando a monitorização e o controle visam sustentar processos de reflexão que possam ancorar a melhoria das práticas e o desenvolvimento profissional e organizacional dos professores e das escolas (Alarcão & Roldão, 2010; Vieira, 1993). À medida que o supervisor tem deixado de ser aquele que tem uma visão externa e distante cuja função se limita ao diagnóstico e avaliação, para ser aquele que colabora e estabelece parcerias com vista à análise mas também ao apoio a um aperfeiçoamento contínuo, orientado para a promoção da qualidade, é cada vez mais pertinente pensar a moldura de um observatório na área da supervisão. Assumindo-se como observatório de processos supervisivos, encontraria nas diferentes facetas dos observatórios em educação (produção de conhecimento, disseminação de conhecimento, reunir e mobilizar recursos e influenciar a realidade), firmemente ancorado no estabelecimento de uma relação de parceria com os atores dos territórios educativos, possibilidades concretas de construir com eles e para eles uma melhoria contínua das práticas.

## Referências

- Alarcão, I. & Roldão, M. C. (2010). *Supervisão – um contexto de desenvolvimento profissional dos professores* (2ª Ed.). Mangualde: Edições Pedagogo.
- Bardin, L. (1988). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Carlos, A., Cardoso, S., Galante, S., Lamy, F., Massano, L., Silva, P., Gaspar, M. I., & Seabra, F. (2017, no prelo). *Supervision in Continuous Teacher Training*. *Enseñanza & Teaching: Revista Interuniversitaria de Didáctica*, 35(1). ISSN: 2386-3927.
- Carmo, H. & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia de Investigação* (2.ª Edição). Lisboa: Universidade Aberta.
- Esteves, M. (2006). Análise de conteúdo. In: J. A. Lima & J. A. Pacheco (Orgs.), *Fazer investigação. Contributos para a elaboração de dissertações e teses* (pp. 105-126). Porto: Porto Editora.
- Freire, J. (2009). *A escola como observatório de necessidades educativas de alunos e formativas dos professores - Da caracterização dos contextos educativos às Cartas de Intervenção Estratégica*. Tese de Doutoramento. Universidade Aberta, Lisboa. file:///C:/Users/Sandra/Downloads/Tese%20de%20Doutoramento\_Jose%20Freire.pdf
- Gaspar, M. I., Seabra, F., & Neves, C. (2012). A supervisão pedagógica: significados e operacionalização. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 12, 29-57.
- Lopes, A. (2010). Observatório da vida nas escolas: entre a Universidade e a Escola. *Revista Momentos: diálogos em educação*, 19 (2), 77-87. Visualizado em 02/06/2017 em: file:///C:/Users/Sandra/Downloads/Observatorio-da-vida-nas-escolas-entre-a-universidade-e-a-escola%20-%201%20(1).pdf
- Marcial, N. (2009). Qué son los observatorios y cuales son sus funciones?. *Innovación Educativa*, 9(47), 5-17. Visualizado em 6 de junho em: <http://www.redalyc.org/pdf/1794/179414895002.pdf>
- Martins, J. (2007). *Algumas questões em torno da problemática dos observatórios*. Disponível em: [http://www.fpce.up.pt/ciie/OCE/docs/Problematica\\_Observatorios.pdf](http://www.fpce.up.pt/ciie/OCE/docs/Problematica_Observatorios.pdf)



- Pacheco, J. A. (2006). Um olhar global sobre o processo de investigação. In: J. A. Lima & J. A. Pacheco (Orgs.), *Fazer investigação. Contributos para a elaboração de dissertações e teses* (pp. 13-28). Porto: Porto Editora.
- Pedras, S., & Seabra, F. (2016). Supervisão e Colaboração: contributos para uma relação. *Transmutare*, 1(2), 293-312. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr/article/view/4379> ISSN: 2525-6475.
- Sá-Chaves, I. (2010). *Formação, Conhecimento e Supervisão – Contributos nas áreas da formação de professores e de outros profissionais*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Seabra, F., Morgado, J. C., & Pacheco, J. A. (2012). Policies of accountability in Portugal. *International Journal of Curriculum and Instructional Studies*, 2(4), pp. 41-51. Disponível em: <http://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3619/1/4.filipa.pdf>
- Vieira, F. (1993). *Supervisão: Uma prática reflexiva de Formação de Professores*. Rio Tinto: ASA.

## OBSERVATORIES OF EDUCATION IN PORTUGAL: DEFINITIONS AND CONTRIBUTIONS TO THE DEVELOPMENT OF QUALITY

### ABSTRACT

In recent years, observatories of education have become important institutions in the educational context (Lopes, 2010). Despite this important presence in the landscape of practice and research in education, analyses of the concept of observatory itself and of observatory in the educational field in particular in the Portuguese context, are still rare.

In order to empirically substantiate the analysis of how observatories in education have been perceived and defined, we have developed an analysis of the sites of several observatories with activity focused (totally or partially) on educational issues, although without pretension of exhaustiveness, with a view to Establish: (i) the observatory definitions adopted by the observatories themselves; li) the nature of the objectives to which these collectives propose; lii) the nature of the institutions that integrate and coordinate them. Thus, a documentary analysis was developed, which allows us to point out, in an exploratory way, the omission of the definition of an observatory, which is more understood than is explicit in the analyzed sites; The existence of objectives of different nature and that integrate dimensions of production of knowledge, dissemination of knowledge, gathering and mobilization of resources, and influencing reality; and the preponderant role played

by universities in their coordination, alongside other institutions such as the schools themselves (taken as partners), or institutions linked to local power.

**Keywords:** Observatories; Quality; Education.